

EDUCAÇÃO, CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES DO BANCO NASCENTE

Education, culture and Solidary Economy: the experience of workers of Nascente Bank

TAFURI, Diogo Marques¹
GONÇALVES JUNIOR, Luiz²

RESUMO

Este artigo teve por objetivo investigar os processos educativos decorrentes da prática social da gestão do Banco Comunitário Nascente, empreendimento de Economia Solidária localizado em um bairro de periferia urbana da cidade de São Carlos/SP. Partimos do entendimento de que as diversas práticas sociais levadas a cabo por pessoas e grupos acabam por promover a própria formação humana para a vida em sociedade, tomando-as dentro do contexto das relações materiais e simbólicas que estruturam uma realidade social e cultural comum. No tocante à análise dos dados, utilizamos técnicas de pesquisa inspiradas na fenomenologia, as quais nos permitiram interpretar as descrições sistematicamente registradas em diários de campo à luz das questões levantadas pela pesquisa. As categorias de análise constituídas referiram-se à autonomia dos trabalhadores do Banco Nascente para executarem as atividades requeridas em seu trabalho de agentes de crédito e às relações de reciprocidade por eles percebidas, em sua presença ou em sua ausência, no bojo da gestão coletiva do trabalho. A discussão de tais categorias revelou que os trabalhadores do empreendimento solidário aprenderam a relacionar e confrontar os princípios normativos da Economia Solidária à sua própria prática de trabalho, bem como a perceber e questionar as condições epistemológicas em que se manifestaram os limites e as possibilidades de sua atuação individual e coletiva na gestão de um banco comunitário.

Palavras-chave: Processos educativos; Banco Comunitário; Economia Solidária.

ABSTRACT

This paper objective was to investigate the educative processes derived from the social practice of administering the Communitarian Nascente Bank, a Solidary Economy enterprise localized in a peripheral urban neighborhood at the city of São Carlos/SP/Brazil. Our starting point was understanding the many social practices that these people and groups of people promote lead to their own human capacity for life in society, considering the context of their material and symbolic relations that organize a common social and cultural reality. Data analysis used research techniques inspired at phenomenology which permitted us to interpret the systematically registered descriptions from the field diaries considering the questions brought by the investigation. Analysis categories delimited referred to workers autonomy at Nascente Bank to perform required activities as credit agents and to presence or lacking of relations of reciprocity perceived by them at the collective work administration. The discussion of these categories reveal that those who worked at the solidary enterprise learned to relate and confront the normative principles of Solidary Economy to their own work practices, as well as to notice and question epistemological conditions through which the limits and possibilities of their collective and individual work administering a communitarian bank were expressed.

Keywords: Educational processes; Communitarian Bank; Solidary Economy.

¹ Doutorando em Educação pela UFSCar, Mestre em Educação pela UFSCar, Bacharel em Ciências Sociais pela USP. E-mail: <diogotafuri@gmail.com>.

² Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP, com Pós-Doutorado em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL), Mestre em Educação (Currículo) pela PUCSP, Graduado com Licenciatura Plena em Educação Física pela UNESP/Rio Claro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar, desenvolve pesquisa nas linhas de Práticas Sociais e Processos Educativos e de Estudos Socioculturais do Lazer. Professor Associado do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da Universidade Federal de São Carlos, Coordenador do Curso de Especialização em Educação Física Escolar (lato sensu) da UFSCar e do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física (NEFEF) desde 1996 e Preceptor do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde). E-mail: <luizgj7@gmail.com>.

APRESENTAÇÃO

O presente artigo pretende discutir os processos educativos inerentes e decorrentes da prática social da gestão do trabalho experienciada pelos agentes de crédito do Banco Comunitário Nascente, Empreendimento de Economia Solidária (EES), localizado e atuante no Gonzaga, bairro de periferia urbana da cidade de São Carlos, município de médio porte do Estado de São Paulo, no decorrer do desempenho de suas atividades profissionais. Os resultados aqui apresentados foram obtidos por meio da análise dos dados primários auferidos via trabalho de campo (BOGDAN; BIKLEN, 1994) no decorrer do processo de investigação desencadeado no bojo da pesquisa de mestrado, realizada entre os anos de 2012 e 2014 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.³

Podemos distinguir dois espaços de participação e observação das atividades gestionárias do Banco Nascente que subsidiaram nossa coleta de dados: o primeiro refere-se ao espaço formal de discussão e deliberação do banco comunitário, representado pelas reuniões esporádicas realizadas por seu Conselho Gestor durante o período decorrido; o segundo diz respeito ao trabalho relacionado à dinâmica ordinária de funcionamento do banco, que compreendeu as atividades cotidianas nas quais os agentes de crédito estavam corriqueiramente envolvidos durante o desenvolvimento de seus trabalhos, tais como reuniões de planejamento das atividades semanais, períodos destinados à recepção e ao atendimento dos moradores que recorriam ao banco e também à realização de atividades administrativas, bem como outros momentos de discussões e conversas provenientes da convivência no dia a dia do espaço de trabalho. Dado este maior interesse nas atividades cotidianas do empreendimento, as quais eram vivenciadas e experimentadas basicamente pelos agentes de crédito do banco, seja entre si, seja em suas relações com os moradores do Gonzaga, a escolha de tais sujeitos enquanto colaboradores de nossa pesquisa se justificou pelo papel central que eles possuíam no contexto de realização das atividades profissionais dessa iniciativa financeira de Economia Solidária. Durante o período de coleta de dados, ocorrido entre os meses de agosto e novembro de 2012, as atividades de gestão do Banco Comunitário Nascente eram atribuídas aos agentes de crédito João, Irene e Adriana.⁴

No tocante à análise dos dados obtidos, utilizamos técnicas de pesquisa inspiradas na fenomenologia, com o objetivo de obter a compreensão dos significados de fenômenos que se mostram de maneira situada, e cujo “[...] foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados” (MARTINS; BICUDO, 1989, p.23). Em nossa pesquisa, buscamos interpretar e compreender os processos de conhecimento experienciados pelos agentes de crédito do Banco Nascente a partir da utilização de duas perspectivas conjugadas: uma de primeira ordem, em

³ A pesquisa teve o título *A experiência educativa da gestão de um banco comunitário na periferia de São Carlos/SP* e contou com a orientação do Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior e o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁴ Por motivos éticos, os colaboradores da pesquisa, bem como as pessoas citadas por eles em suas falas, tiveram seus nomes reais substituídos por nomes fictícios no decorrer do texto. Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCAR, todos os sujeitos da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando formalmente a utilização dos dados registrados em diário de campo.

que “[...] a experiência de um determinado aspecto da realidade é tida como uma relação entre aquilo que é experienciado e aquele que está experienciando”, e outra contextual, partindo da ideia de que seja possível compreender os fenômenos partindo do modo “[...] como ele se relaciona com as demais entidades com as quais está no contexto onde aparece” (MARTINS; BICUDO, 1989, p.24).

O texto está organizado em seis partes distintas: além desta introdução (I), discorreremos acerca do repertório teórico-conceitual do estudo, partindo de uma apresentação dos fundamentos de nossa pesquisa em Educação, relacionados aos conceitos de educação, cultura e experiência (II), para em seguida realizarmos uma breve caracterização do fenômeno contemporâneo da Economia Solidária, observando duas de suas abordagens teóricas (III); situaremos brevemente o leitor acerca da dimensão histórica e situada do fenômeno estudado (IV), de forma a contextualizar a discussão analítica relacionada à experiência educativa vivenciada pelos agentes de crédito do Banco Nascente no bojo do trabalho de gestão do empreendimento (V); e, por fim, teceremos algumas considerações acerca dos processos educativos decorrentes da pesquisa da prática social da gestão de trabalhadores de um Banco Comunitário situado em um bairro de periferia urbana (VI).

EDUCAÇÃO, EXPERIÊNCIA E CULTURA: INVESTIGANDO PROCESSOS EDUCATIVOS EM PRÁTICAS SOCIAIS

Situando os seres humanos enquanto seres ontologicamente históricos, e que, portanto, se constituem e se diferenciam dos entes naturais ao se reconhecerem intersubjetivamente na própria criação e recriação de um mundo comum, Fiori (1991) estabelece uma relação dialética inexorável entre a objetividade mundana e a subjetividade humana: ambas compõem uma unidade existencial fundante que se desenvolve por meio da tensão entre o reconhecimento humano e subjetivo da objetividade histórica e as suas possibilidades, também históricas, de objetivação neste mundo, de uma existência que é manifestada a partir de uma práxis essencialmente intersubjetiva:

As manifestações objetivas do espírito não sucedem nem precedem ao espírito subjetivo. Historicamente, a subjetividade se constitui enquanto se manifesta na objetividade de um mundo comum: mundo em que o espírito subjetivo se objetiva e se reconhece intersubjetivamente, e que, dialeticamente, nesse reconhecimento, emerge e se constitui (FIORI, 1991, p.84).

Na perspectiva de Fiori, ao falarmos de culturas humanas, das dinâmicas que lhes são próprias e que correspondem ao movimento ininterrupto de sua criação e recriação, bem como para melhor compreendermos suas dimensões constituintes, é fundamental situarmos o papel dos seres humanos no processo de construção do mundo, no qual estabelecemos com a realidade concreta uma relação dialética entre objetivação e subjetivação humanas, comportamento corpóreo-mundano existencial e significação mundana. Podemos dizer, portanto, que tanto homens quanto mulheres, ao mesmo tempo que se conscientizam do mundo ao se presentificarem nele, atribuindo-lhe sentidos no transcorrer do caminho aberto pelo estar sendo e agindo, asseguram a própria existência da realidade mundana. Assim

sendo, se “[...] na imanência histórica, não constituímos uma objetividade própria, somente nossa, mas participamos de uma objetividade comum” (FIORI, 1991, p.69), então podemos afirmar que o processo histórico de construção das culturas humanas é necessariamente intersubjetivo, realizado a partir da comunicação das diferentes consciências humanas durante seu encontro em um mundo comum. Nesse sentido, o autor encontra o cerne da questão da produção das culturas humanas nas relações recíprocas e ontologicamente estabelecidas na tríade ser humano/mundo/ seres humanos, imbricados de maneira tão decisiva na inerência de suas existências que não nos é possível sequer imaginar nossa própria condição humana destituída de qualquer um desses elementos: individualidade, coletividade e mundo comum. A produção da cultura humana resultaria, portanto, da colaboração recíproca dos homens e das mulheres na construção desse mundo comum, mundo em que é produzida a mediação histórica do reconhecimento recíproco de sua humanidade.

Para Fiori (1991), é no bojo desta elaboração histórico-cultural realizada pelos seres humanos, com a qual eles produzem simbólica e materialmente sua própria existência, em que encontramos a origem dinâmica e renovada de todo processo educativo. Pois, se partimos do pressuposto de que não existe uma natureza humana inata, dada aprioristicamente, também não poderíamos conceber o saber humano como algo extrínseco à sua própria experiência histórica. Ao contrário, o saber fazer e o fazer que se aprende se relacionam dialeticamente e de modo ininterrupto, a partir das condições históricas concretas para a realização e manifestação das atividades humanas:

A educação, pois, não transcorre fora do processo histórico-cultural, nem dentro dele; desenvolve-se ao lado de outras instâncias, em linhas paralelas de dinamismos autônomos. Ela se comensura à globalidade desse processo de elaboração da cultura toda, diverso em suas manifestações, porém unitário em seu sentido. Educação, aprendizagem, formação histórica do homem, equivale à produção da existência (FIORI, 1991, p.86).

Brandão (2002) é outro autor fundamental para tratarmos das relações inexoráveis entre educação e cultura, trazendo para o centro deste debate a dimensão simbólica da cultura humana, entendida num primeiro plano “[...] como um complexo de relações de significado capazes de conduzir tanto a lógica do pensar quanto as regras e os códigos de diferentes modalidades de participação na vida social” (p.111). Dessa forma, partindo da obra *Cultura e Razão Prática*, do antropólogo Marshall Sahlins, Brandão (2002) busca construir uma abordagem antropológica da cultura, ao colocar em evidência a “[...] dimensão do significado que realiza a unidade entre a ação e a representação como sentido e codificação de sentidos da vida social” (p.128). Elaborando a concepção de cultura como saber e sentido, Brandão (2002) reconhece os seres humanos como sendo seres essencialmente do aprendizado, ou seja, da educação, qualidade que possibilitaria aos indivíduos de nossa espécie fundarem sua própria condição humana no decorrer da vida cotidiana. Desta forma:

[...] tudo o que se passa no âmbito daquilo a que nos acostumamos a dar o nome de educação acontece também dentro de um âmbito mais abrangente de processos sociais de interações chamado cultura. [...] A educação é, também, uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e produtos, de poderes e de sentido, de regras e de alternativas de transgressão de regras, de formação de pessoas como sujeitos de ação e de identidade e de crises de identificados, de

invenção, de reiteração de palavras, valores, ideias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos e a sabermos viver com a maior e mais autêntica liberdade pessoal possível os gestos de reciprocidade social que a vida social nos obriga (BRANDÃO, 2002, p.25).

Fazedores de sua própria história, os seres humanos agem, refletem, sentem, significam e se relacionam intencionalmente a partir de suas experiências cotidianas de vida, construídas junto àqueles que compartilham este fazer histórico em certo espaço-tempo. Nesse sentido, as práticas sociais, ao proporcionar o encontro intersubjetivo e intersubjetivante de homens e mulheres no decorrer da práxis histórica, permitem também o desenrolar do processo ininterrupto de constituição das identidades individuais e coletivas dos atores sociais envolvidos nestas práticas.

Assim, partilhamos o entendimento de Oliveira *et al.* (2009), de que processos educativos são inerentes e decorrentes de práticas sociais vivenciadas e constituídas por e entre indivíduos e/ou grupos no seio de certo meio social, nas quais se colocam, a partir da experiência vivida com o outro no contexto de mundo, as possibilidades de construção recíproca tanto das identidades individuais quanto das identidades coletivas. Em acordo com tais pesquisadores, as práticas sociais são fundadas no bojo do processo histórico-cultural experienciado pelos seres humanos, constituindo-se e sendo forjadas nas relações estabelecidas entre homens e mulheres na produção de sua própria existência material e simbólica. Tais práticas manifestam-se inevitavelmente a partir de certo contexto e, portanto, social e culturalmente específico, sendo construídas nas relações tecidas entre as pessoas, entre estas e sua comunidade de pertencimento, bem como entre pessoas e grupos, grupos entre si, e nas relações existentes entre tais agrupamentos e o todo social tomado de uma maneira mais ampla. Ademais:

As práticas sociais se estendem em espaço-tempo construído por aqueles que delas participam seja compulsoriamente, seja por escolha política ou de outra natureza. Sua duração – permanência, desaparecimento, transformação – depende dos atores que as constroem, desenvolvem, mantêm, ou suprimem; bem como dos objetivos que com elas se quer atingir e do momento histórico. Os atores são participantes das relações sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, políticas e históricas, o que permite que se apropriem dos valores e comportamentos de seu tempo e lugar, lutando pela sua existência. Não são, portanto, essas pessoas, meros receptáculos das situações que ocorrem na sociedade na qual vivem (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p.6).

Situando o presente trabalho a partir de tal premissa, o conceito de Educação nos parece central nas análises decorrentes de tal posicionamento epistemológico, dado que neste caso a prática educativa não é tomada exclusivamente como restrita e inerente apenas às relações pedagógicas empreendidas no bojo do sistema educacional. Ao contrário, os conhecimentos são também edificados no interior de práticas sociais não escolares por meio da possibilidade exclusivamente humana de refletir criticamente sobre sua própria condição de pertencimento no mundo com os outros, pois, como já formulara Freire (2011b), “[...] nós nos tornamos hábeis para imaginativa e curiosa-mente ‘tomar distância’ de nós mesmos, da vida que portamos, e para nos dispormos a saber em torno dela” (p.136).

Voltando às considerações de Fiori (1991) sobre a natureza do processo de

aprendizado, intrinsecamente relacionada com o processo histórico de produção das culturas humanas, observamos as imbricações inexoráveis entre educação e cultura e, deste modo, as relações estabelecidas entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível deixam de se apresentar de modo apartado da experiência histórica dos seres humanos, passando a se constituir como elemento fundante de sua qualidade de sujeito no processo da cultura. Deste modo, em acordo com Larrosa-Bondía (2002):

[...] o saber da experiência se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece. No saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece. [...] Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude (p.27).

Mas se, conforme foi nossa intenção argumentar, saber e cultura se fundem no bojo das experiências de homens e mulheres, dando sentidos múltiplos às diferentes instâncias simbólicas e materiais de realização da vida social, como compreender sua relação de condicionalidade mútua com o processo social de produção do símbolo, entendido por Brandão (2002) enquanto “[...] modos de pensar, saber, e criar códigos de orientação da conduta social socialmente produzidos em situações concretas, segundo tipos específicos de relações entre categorias de atores-autores” (p.128)? Ou, formulando de outro modo, se, conforme o transcorrer de cada processo histórico particular de produção/reprodução material e simbólica do mundo, as diferentes formas culturais constituídas tendem a se afirmarem como sistema (sistema cultural) e como lógica (razão simbólica), ambas condicionantes das outras esferas da vida social, como compreender a dimensão autônoma e transformadora das experiências individuais e coletivas, ocorridas dinamicamente no interior de um conjunto de práticas sociais culturalmente específicas, forjadas a partir do conjunto de sentidos e valores que lhes acompanham e que dão substância a tais práticas?

Scott (1999) trabalha tal problemática abordando-a como uma questão “[...] acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, constituídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada acerca da linguagem (ou discurso) e da história” (p.26). De acordo com a autora, a compreensão crítica da experiência do outro requer sua completa historicização, no sentido de promover o entendimento do modo como tais experiências foram historicamente construídas, bem como da extensão e da lógica das práticas normativas que operam no meio social.

Analisando tal a partir da existência e do funcionamento histórico de sistemas ideológicos estabelecidos, Scott (1999) questiona as categorias fixas e imutáveis produzidas por tais sistemas simbólicos (homossexual/heterossexual, homem/mulher, negro/branco), os quais atuam diretamente na construção das identidades dos sujeitos e condicionam em parte suas experiências. De acordo com a autora, os “[...] sujeitos são constituídos discursivamente, mas existem conflitos entre sistemas

discursivos, contradições dentro de cada um deles” e, portanto, “[...] a experiência não acontece fora de significados estabelecidos, mas não está confinada a uma ordem fixa de significados” (p.42). Em sentido similar, Brandão (2002) afirma que, antes de modelos preestabelecidos e implacavelmente impositivos de ordenação da conduta social dos participantes de uma cultura, as normas e padrões sociais funcionam como uma espécie de arbítrio no jogo social, por meio do qual acontecem “[...] as relações de troca entre diferentes categorias de sujeitos, atores sociais que, sob condições diversas e em diferentes campos de relações, articulam as mesmas normas e padrões em infinitas diferentes combinações” (BRANDÃO, 2002, p.223). As relações de saber e de poder, nesse caso, ao invés de se relacionarem de maneira uniforme e mecânica com as normas e os padrões culturais historicamente constituídos, circulam continuamente das “[...] condições sociais de produção e reprodução da cultura, para as relações de poder da cultura no atribuir sentido a essas próprias condições e aos processos através dos quais ela se realiza” (p.219). Ambas se realizam, portanto, na unidade entre processo social e o sentido do processo, ou melhor, nas complexas e densas dimensões da própria cultura.

Assim, a unidade dialética e inexorável estabelecida entre subjetivação e objetivação humana se apoia na mediação histórica do reconhecimento recíproco dos seres humanos no mundo (intersubjetividade), ao mesmo tempo em que tal mediação é conformada por estruturas simbólicas e materiais que dão forma às distintas sociedades humanas. Na medida em que a incomensurável diversidade de experiências humanas é em um só tempo produto, produtora e reprodutora das formas culturais diferencialmente constituídas no processo histórico (intra e inter socialmente), somente quando inserimos e problematizamos tais diferenciações enquanto posições relativas de poder, traduzidas nas condições relativas e hierárquicas de desigualdade entre os seres humanos no ato de criação e significação do mundo e de suas identidades individuais/coletivas, podemos compreender de modo mais adequado o sentido político de todo e qualquer processo educativo, bem como seu caráter essencialmente sociológico.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O ressurgimento das práticas e iniciativas de Economia Solidária no contexto brasileiro é um fenômeno percebido no país desde a década de 1980, estando relacionado com a conjuntura política e econômica mundial advinda da falência do pacto fordista,⁵ alterada já no decorrer da década de 1970. No entanto, é a partir da década seguinte que os efeitos da crise do trabalho assalariado oriunda do contexto de reestruturação econômica e flexibilização das relações de trabalho fizeram-se sentir de maneira mais intensa no Brasil, ensejando um movimento de reação dos trabalhadores desempregados em busca de formas alternativas de geração de trabalho e renda e fazendo multiplicarem-se as experiências de trabalho

⁵ Segundo Leite (2011), o pacto fordista faz referência à “[...] grande negociação entre Estado, capital e trabalho, que se seguiu à II Guerra Mundial, a qual incluiu, nos países centrais, além do conjunto de direitos associados ao trabalho (como férias, adicional noturno, adicional por insalubridade e décimo terceiro etc.), a assistência previdenciária (aposentadoria, seguro-desemprego, licença saúde etc.), o pleno emprego e o repasse automático do aumento de produtividade aos salários” (p.29).

associado sob a forma de cooperativas de trabalho e de produção, experiências estas que posteriormente viriam a serem reconhecidas e identificadas com a Economia Solidária (LEITE, 2011; SINGER, 2002).

Para Singer (2002), a Economia Solidária se constitui como a síntese entre a produção simples de mercadoria e o modo de produção capitalista, visto que ela conjuga o princípio da posse e do uso dos meios de produção da primeira forma com a produção social de mercadorias, própria do capitalismo. Além da posse coletiva dos meios de produção, constituem princípios organizativos da Economia Solidária a gestão democrática dos empreendimentos, a repartição entre seus membros das receitas líquidas obtidas e destinação do excedente anual a partir de critérios estabelecidos pelos próprios cooperados. Singer (2008) parece captar de maneira bastante sintética as características mais essenciais destas experiências:

Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto (p.289).

A concepção elaborada por Singer situa, portanto, a Economia Solidária como um modo de produção e distribuição de bens e serviços alternativo ao modo de produção capitalista (caracterizado pela separação entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição que, juntamente com o trabalho humano, são transformados em mercadorias apropriadas privadamente) e que, junto com a produção simples de mercadoria, comporia o quadro geral do sistema socioeconômico brasileiro. Dessa forma, Singer (2009) entende “[...] a economia solidária como um modo de produção, entre outros, que existe dentro do capitalismo, já há duzentos anos, com maior ou menor força, mas que pode, diante das contradições que o capitalismo apresenta, ter um desenvolvimento” (p.18).

O processo de desenvolvimento capitalista da economia contemporânea, a despeito de sua posição hegemônica em relação às demais formas de produção, levou à existência de uma combinação complexa entre os diferentes modos de produção citados anteriormente, de forma que na esfera econômica fosse possível tanto a competição como a articulação e a cooperação entre estes modos. Na esfera político-ideológica, no entanto, tais formas se apresentariam de maneira cada vez mais antagônica, dadas as diferenças fundamentais de princípios e valores que orientam as práticas econômicas engendradas por elas (SINGER, 2002). Assim, ainda de acordo com Singer (2005), as iniciativas contemporâneas de Economia Solidária fomentadas no bojo do capitalismo, ao exigir das pessoas que as integram uma postura ética (e, portanto, uma prática) pautada no princípio da solidariedade, e não mais da competição:

[...] exigem que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. [...] O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário

só existe quando é recíproco. Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros (p.16).

Para o autor, portanto, a Economia Solidária é uma experiência educativa em si mesma, na medida em que propõe novas práticas sociais e também um novo entendimento destas práticas. Dessas novas formas econômicas, ao longo do processo de trabalho e a partir dos próprios desafios advindos das experiências do trabalho associado ou autogestionário, em espaços e tempos em que os trabalhadores poderiam confrontar cotidianamente as condições objetivas e subjetivas do mundo vivido e do mundo idealizado, emergiria a possibilidade de constituição de uma “pedagogia da produção associada”, um “[...] campo teórico-prático que visa ao estudo e à concretização dos processos educativos que têm como objeto de pesquisa e de ação a socialização, a produção, a mobilização e a sistematização de saberes sobre o mundo do trabalho” (TIRIBA, 2008, p.89).

Diferentemente de Singer, França Filho (2001) não parte da tradição teórica marxista para compreender o fenômeno da Economia Solidária no Brasil, mas sim dos escritos de antropologia econômica de Polanyi e da crítica formulada por este autor à proposta da economia liberal ou neoclássica de reduzir a dinâmica econômica mais geral à lógica estrita do mercado autorregulado (POLANYI, 1980). Em decorrência de tal filiação teórica, França Filho (2001) afirma que

[...] a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária, ao invés de uma nova forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição (p.187).

Esse entendimento acerca da Economia Solidária provém, de uma maneira específica, da compreensão do caráter plural da economia moderna e de sua irredutibilidade à esfera mercantil. Partindo dos quatro princípios do comportamento econômico identificados por Polanyi (1980) na obra *A Grande Transformação*, a saber, o mercado autorregulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade, França Filho (2001) argumenta que tais princípios teriam se rearranjado na modernidade por meio da “[...] introdução de um sistema de direito jurídico-político que passa a regular as relações de trabalho” (p.253), dando origem a três formas distintas de economia, das quais a Economia Solidária representaria uma experiência híbrida, atravessada em sua dinâmica por diferentes racionalidades:

a) uma economia mercantil – fundada no princípio do mercado autorregulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário; b) uma economia não mercantil – fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los; e finalmente, c) uma economia não monetária – fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por M. Mauss. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigada, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal (FRANÇA FILHO, 2001, p.253).

Tal concepção de Economia Solidária, pautada na pluralidade dos princípios econômicos das iniciativas, permite a França Filho (2001) situar as origens históricas do fenômeno no Brasil não mais a partir do cooperativismo europeu do século XIX, no bojo da relação conflituosa entre capital e trabalho, mas, sobretudo, nas práticas populares com existência anterior à própria Revolução Industrial europeia, visto que a solidariedade e a reciprocidade sempre estiveram no centro de suas elaborações coletivas. Nesse sentido, as experiências contemporâneas de Economia Solidária refletiriam em grande parte as inúmeras experiências históricas brasileiras da Economia Popular, visto que:

[...] introduzir a solidariedade na elaboração de atividades econômicas não significa, em si, um fato novo. Amplos setores da nossa sociedade sempre encontraram seus meios de sustento material através do desenvolvimento de atividades produtivas como forma de prolongamento de práticas de solidariedade familiares e comunitárias. Tais práticas participam da tradição de uma chamada economia popular (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.162).

Para França Filho (2001), o fenômeno atual da Economia Solidária ultrapassaria o sentido restrito das práticas da economia popular, as quais estariam limitadas à satisfação das condições materiais de vida das pessoas, na esfera da “reprodução simples” da vida. Ao contrário, as ações desempenhadas pelos diversos atores que compõem o quadro mais geral da Economia Solidária, ao se orientarem para a “reprodução ampliada” da vida social, articulariam em torno de si tanto a luta por renda como a luta por direitos sociais. Além disso, de acordo com o autor, a condição de equilíbrio dos empreendimentos econômicos solidários está ligada a sua capacidade em aliar a pluralidade de princípios econômicos presentes em suas práticas e sua finalidade pública multidimensional, com sua autonomia institucional e a manutenção de mecanismos internos democráticos de decisão, características que decretariam os próprios critérios para definição do que são os empreendimentos da Economia Solidária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.166-169).

UM BANCO COMUNITÁRIO NA PERIFERIA DE SÃO CARLOS/SP

Diferentemente de outros loteamentos populares que surgiram em São Carlos a partir da década de 1950, destinados aos trabalhadores urbanos de baixa renda empregados na indústria local, a ocupação de terras que viria a ser reconhecida como “a favela do Gonzaga” abrigou especialmente migrantes e trabalhadores desempregados que não podiam arcar com o custo do aluguel em outras regiões da cidade (ROSA, 2008). Constituído nas encostas do Jardim Pacaembu, sem infraestrutura urbana alguma, o Gonzaga não se formou historicamente como um bairro operário tradicional, mas atraiu principalmente a população mais carente do município, a qual foi ocupando com barracos e produzindo com grandes dificuldades este novo espaço urbano, que seria então reconhecido como um local em que predominava um modo de vida precário, e que representava, portanto, uma “vergonha para a cidade” (ROSA, 2008, p.168). O forte apelo social proveniente do surgimento da primeira favela de São Carlos levou ao aumento da visibilidade

do Gonzaga perante a opinião pública municipal, acarretando historicamente em inúmeras intervenções urbanísticas e políticas por parte do Estado, nas ações assistenciais empreendidas pelas paróquias católicas presentes em suas intermediações e nas diversas atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) no bairro.

Dentro de tal contexto, iniciaram-se as primeiras experiências de Economia Solidária no Gonzaga, incentivadas a partir de 1998 pela Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCAR – INCOOP (atual Núcleo Multidisciplinar Integrado de Formação, Estudos e Intervenção em Economia Solidária – NUMI-ECOSOL⁶). Num panorama ainda marcado pela reestruturação produtiva, pela flexibilização das relações de trabalho e pela crise de desemprego, a constituição de cooperativas populares no bairro significou uma importante alternativa para geração de trabalho e renda para seus moradores, especialmente durante os treze anos de funcionamento da Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização (COOPERLIMP), empreendimento solidário que contava com mais de 200 sócios e que encerrou suas atividades no ano de 2011, em decorrência de uma ação do Ministério Público do Trabalho (CORTEGOSO, 2010). A tentativa de ampliar as iniciativas e empreendimentos de Economia Solidária existentes no Gonzaga, engendrada a partir do projeto de desenvolvimento territorial da incubadora iniciado concretamente no ano de 2008, não teve grande repercussão no bairro. Se no início da década de 2000 os empreendimentos econômicos solidários eram vistos com esperança, por parte das lideranças locais, para geração de trabalho e renda aos moradores da região, no final da mesma década poucas pessoas souberam ou se interessaram por tal possibilidade.

Parte integrante do referido projeto, as ações de finanças solidárias ali fomentadas por membros da INCOOP/UFSCAR, as quais tinham como objetivo criar e operar mecanismos de integração entre produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (CORTEGOSO et al., 2009), puderam avançar ao longo do tempo mediante a maior aproximação dos técnicos de incubação com o cotidiano do bairro e seus moradores. Desta forma, foi inaugurado em junho de 2012 o Banco Comunitário Nascente, iniciativa de finanças solidárias inspirada no modelo do Banco Palmas, primeiro banco comunitário brasileiro. O empreendimento financeiro solidário foi criado para estimular o aumento da produção e circulação local de bens e serviços econômicos, a partir do oferecimento de duas linhas de crédito, uma de incentivo à produção e outra ao consumo (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003, 2005, 2006). Experiência recente no contexto das periferias e favelas urbanas brasileiras, os bancos comunitários ainda são tratados de modo incipiente pelos estudos acadêmicos, a despeito do aumento significativo da produção de artigos, teses e dissertações produzidos acerca do tema, especialmente a partir de 2007 (TAFURI, 2014). Esse aumento se explica, por um lado, pela difusão desse tipo de iniciativa em diversos municípios brasileiros, possibilitada principalmente a partir do fomento recebido por meio de políticas públicas específicas para a área de finanças solidárias, executadas

⁶ No ano de 2012, devido ao avanço do processo de institucionalização da INCOOP dentro do arcabouço legal da UFSCAR, ocorre a mudança de nome desta entidade, a qual passa a ser chamada de NUMI-ECOSOL. No decorrer do trabalho, respeitamos a cronologia da vigência dos nomes institucionais, assim, referimos à incubadora ora como INCOOP/UFSCAR (para eventos acontecidos até o final de 2011), ora como NUMI-ECOSOL (em referências posteriores ao início de 2012).

no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Esses novos bancos comunitários têm sido gerados tanto por meio de ações movidas de maneira endógena por comunidades e associações de moradores, como por movimentos estimulados a partir da intervenção das diversas entidades de fomento pertencentes ao movimento de Economia Solidária, tal como é o caso do Banco Nascente.

A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DOS TRABALHADORES DO BANCO NASCENTE

A partir do dia 25 de junho de 2012, o Banco Comunitário Nascente passou a oferecer à população do Gonzaga e bairros adjacentes o serviço de crédito produtivo, destinado ao fomento de empreendimentos produtivos e comerciais locais. A participação do Banco Nascente no projeto “Apoio às Finanças Solidárias com Base na Organização de Bancos Comunitários”, executado pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL/USP), viabilizou a contratação de três trabalhadores remunerados, proporcionando com que o banco comunitário iniciasse suas atividades contando com três agentes de crédito: Adriana, Irene e João.

De um modo geral, os agentes de crédito de um banco comunitário são responsáveis pelas ações cotidianas inerentes ao seu funcionamento, relacionadas ao fomento à criação de redes entre os empreendimentos econômicos e consumidores locais, através da concessão de créditos solidários e do estímulo ao uso da moeda social, ao incentivo à organização comunitária por meio da constituição de espaços participativos de debate e deliberação, e à articulação com atores locais e externos que sejam estratégicos para o desenvolvimento do banco. Além disso, respondem por todas as atividades burocráticas advindas do trabalho da gestão administrativa do banco e também pela representação institucional da entidade. De uma maneira específica, as principais atividades realizadas pelos agentes de crédito decorrem do trabalho relativo ao processo de divulgação, análise e concessão dos créditos produtivos e de consumo: informar aos moradores do bairro sobre as atividades do banco e os serviços financeiros que ele oferece; mobilizar a comunidade para apoiar e divulgar as ações do banco; fazer visitas aos solicitantes de empréstimo, preencher a ficha de análise de crédito e buscar informações (referências) sobre eles; fazer análise dos pedidos e escrever relatórios sobre as visitas realizadas; apresentar ao Comitê de Análise de Crédito (CAC) a sua conclusão sobre a visita ao empreendimento, sobre as referências locais dos moradores e o motivo das solicitações dos empréstimos; informá-los sobre a decisão do comitê de análise de crédito e, caso os empréstimos não sejam concedidos, explicar as razões às pessoas; sendo a resposta positiva, conferir e providenciar toda a documentação do morador para a elaboração do contrato e agendar o dia para sua assinatura; acompanhar e controlar a carteira de crédito do banco comunitário, mantendo-a com taxas de atraso e inadimplência baixas; realizar a cobrança e preparar a renovação de crédito quando for necessário.

A partir de tal compreensão, procedemos nossa análise acerca dos processos educativos experienciados pelos agentes de crédito no bojo do desenvolvimento de suas atividades profissionais, da qual emergiram duas categorias descritivas principais que serão apresentadas e discutidas a seguir: a) andar com as próprias pernas; b) pensar nos princípios da Economia Solidária.

Andar com as próprias pernas

A categoria “andar com as próprias pernas” foi constituída com o objetivo de problematizar a autonomia dos trabalhadores do Banco Nascente em relação à execução das atividades requeridas em seu trabalho de agentes de crédito do banco comunitário. Isso implica discutir a partir de tal categoria alguns aspectos específicos de suas experiências de trabalho, tais como: a) a autopercepção dos trabalhadores da presença ou ausência dos conhecimentos exigidos para o desempenho da profissão; b) a valorização dos processos educativos advindos da prática do trabalho, bem como dos momentos especialmente voltados para sua formação profissional, e a crítica da falta de sua ocorrência; c) a relação dos trabalhadores do Banco Nascente com a equipe de assessoria técnica do NUMI-ECOSOL, condicionada pelas tensões existentes entre a expectativa dos agentes de crédito em cumprirem efetivamente sua função no banco comunitário e a impossibilidade de fazê-lo devido tanto à falta de experiência prévia neste tipo de trabalho como à ausência de conhecimento técnico necessário para realização das tarefas.

Se, por um lado, existiu uma expectativa desigual, por parte dos trabalhadores do banco e da equipe do NUMI-ECOSOL, de que futuramente fosse possível ao empreendimento solidário “andar com as próprias pernas”, autonomia referida à capacidade plena de seus membros realizarem integralmente as atividades fins do banco comunitário, por outro lado, a impossibilidade prática de se fazer aquilo que era compreendido (também desigualmente) como inerente ao trabalho demandado pela iniciativa gerou nos agentes de crédito um sentimento de impotência, dependência e isolamento. Nos discursos captados pelos diários de campo, os trabalhadores conseguem discernir claramente entre as atividades que conseguem ou não desempenhar no bojo do trabalho de gestão do Banco Nascente, além de perceberem a dificuldade em organizarem por si mesmos a divisão de função e tarefas que devem executar como agentes de crédito, o que fez emergir a percepção de que se encontram perdidos em seu próprio mundo, sem saber o que fazer. Nesse sentido, o apoio técnico-formativo fornecido pela incubadora da UFSCAR, por meio da assessoria realizada junto aos trabalhadores do Banco Nascente, pareceu não ser suficiente para que Irene e Adriana projetassem um futuro em que “só as pessoas da comunidade que vai se virar” para “dar continuidade no banco”.

Tal dilema encontra-se expresso na contradição de diversas falas proferidas pelos trabalhadores no decorrer do trabalho de campo, em que hora acreditavam que “a gente tem que andar com as nossas próprias pernas”, revelando a importância da formação que agregue novos conhecimentos, hora preferiram crer que “a gente sozinho, acho que a gente não tem perna não”, reiterando a necessidade de “estar pagando uma pessoa pra ajudar a gente com outros serviços”. Seja de uma forma ou de outra, a certeza que as agentes de crédito têm é que “não adianta eu não saber, eu ficar lá na mesa e não saber fazer”. Por isso mesmo, houve uma valorização por parte dos trabalhadores do Banco Nascente em relação ao aprendizado proporcionado pelas atividades de formação realizadas no decorrer do processo de estruturação do empreendimento, bem como o reconhecimento de que é também por meio da própria experiência prática de trabalho, no “dia a dia do banco”, que os conhecimentos podem ser erigidos. A ausência de experiência

prática relacionada à atuação cotidiana em uma iniciativa dessa natureza implicou, para os agentes de crédito, uma série de dificuldades intrínsecas ao curto período de funcionamento do banco. Se não foi possível vivenciar previamente a gestão de um banco comunitário, será somente no desenrolar da experiência vivida que se tornará possível enxergar suas possibilidades e suas limitações e aprender a lidar com as diferentes situações e dificuldades que irão constituí-la. Aprende-se a fazer empréstimos realizando-os na prática, ainda que toda formação e informação obtida anteriormente ou no decorrer do processo de trabalho tenha grande relevância.

A falta de *expertise* dos trabalhadores para realizar a gestão do banco comunitário e a ausência de atividades de formação que fornecessem subsídios práticos para que as agentes de crédito pudessem cumprir essa função, levaram-nas a vivenciar uma situação de impotência, insegurança no trabalho e, por conseguinte, de dependência em relação ao fomento oferecido pela incubadora, o qual passou a ser cobrado como uma obrigação a ser cumprida por parte da universidade. As trabalhadoras esperavam, com isso, maior assiduidade e organização no trabalho de assessoria realizado pelo NUMI-ECOSOL, para que fosse possível a elas dar continuidade nas ações do banco comunitário e realizar “[...] alguma coisa que a gente podia estar fazendo e a gente não faz, porque a gente ‘tá’ perdido, a gente não tem uma orientação, a gente não sabe o que a gente poderia fazer”.

Essa insegurança para tomar decisões e empreender ações em nome do banco comunitário e a relação de dependência estabelecida com a equipe de assessoria ficam ainda mais evidentes quando trazemos à tona o receio de uma das trabalhadoras em agir de forma equivocada no exercício de sua função de agente de crédito: a autonomia de cada trabalhador em executar atividades relativas à esfera de atuação do Banco Nascente ficou “na mão” quando, por exemplo, Adriana ressaltou “que a decisão não é só da gente que está aqui”, e a possibilidade de ação se transformou em incerteza e impotência quando ela se pergunta rotineiramente “será que eu devo fazer isso?”, e não faz. Talvez o ponto mais crítico desta relação entre o cumprimento desta atividade profissional e a impossibilidade de fazê-lo refira-se, não ao momento em que se percebe as limitações de seu próprio conhecimento para a execução de uma tarefa que se sabe que se deve realizar, mas quando a incerteza oriunda da falta de experiência não permite nem ao menos identificar o que se deve fazer em sua função de trabalho. Quando perguntei às agentes de crédito “[...] o que vocês gostaram mais de fazer, o que vocês gostaram menos de fazer, assim, no dia a dia do banco?”, Irene foi taxativa: “[...] o que eu gostei menos de fazer é ‘vim’ aqui e ficar à toa”.

Pensar nos princípios da Economia Solidária

A categoria “pensar nos princípios da Economia Solidária” foi construída para designar as relações de reciprocidade percebidas pelos trabalhadores do Banco Nascente, em sua presença ou em sua ausência, no bojo das tensões referentes às distintas formas de compreensão e de tratamento aos problemas relacionados à divisão de trabalho no empreendimento solidário, especialmente por aqueles provocados pela interferência de seus problemas particulares no cumprimento das

atividades inerentes a esta atuação profissional. A existência dessas relações de reciprocidade estabelecidas entre os trabalhadores e que, por vezes, envolveram os integrantes do NUMI-ECOSOL responsáveis pela assessoria técnica ao banco foi manifestada primordialmente nos momentos de diálogo e acolhimento das questões pessoais de cada agente de crédito, vivenciados no decorrer do exercício das atividades de trabalho. Também há de se destacar a capacidade crítica dos agentes em perceber a ausência de reciprocidade no ordenamento e na atribuição de responsabilidade individual e coletiva referente à gestão do banco comunitário, expondo-a como um requisito a ser alcançado para que se estabelecessem relações de trabalho mais justas. Por outro lado, como divergências, algumas atitudes e compreensões tidas pelos trabalhadores, ao manifestarem justamente essa ausência de reciprocidade entre eles (falta de responsabilidade e comprometimento com o trabalho, sobrevalorização do próprio trabalho), transformaram-se de forma gradativa ao longo da análise do processo de trabalho, alterando seu caráter inicialmente solidário para formas de agir mais individualistas. Além disso, a dificuldade de os trabalhadores constituírem entre si canais de diálogo que permitissem processar os problemas relativos ao dia a dia de trabalho apareceu como outro aspecto divergente desta categoria de análise.

Uma sequência de acontecimentos envolvendo João e seu trabalho no banco, relacionados com problemas de cunho pessoal envolvendo sua família e ocorridos menos de dois meses após a inauguração do banco, terminou por suscitar um questionamento por parte das outras duas trabalhadoras acerca da responsabilidade profissional de cada trabalhador do banco, gerando a percepção de que se tratava de um importante problema relacionado à dinâmica cotidiana de gestão do trabalho no Banco Nascente. Tal situação levou o NUMI-ECOSOL a propor a realização de encontros específicos para o processamento em grupo dos problemas particulares de cada trabalhador, buscando compreender coletivamente as limitações pessoais de cada agente de crédito em seu trabalho com o intuito de minimizar o impacto de tais problemas na dinâmica de funcionamento do banco comunitário. Contando com a participação e o apoio da equipe de finanças solidárias do NUMI-ECOSOL, esta experiência vivenciada pelos agentes de crédito do Banco Nascente no bojo do processo de estruturação da gestão do trabalho no banco permitiu o acolhimento e processamento coletivo dos problemas familiares de cada um dos trabalhadores, a partir da constituição de um espaço de discussão que possibilitou a resolução dialogada de conflitos e o estabelecimento de um ambiente de cumplicidade, solidariedade e companheirismo entre os participantes do banco comunitário, proporcionando condições propícias para a conversa e até mesmo o desabafo entre seus membros.

Nos momentos que convivemos, João pareceu valorizar esse aspecto relativo à gestão do banco comunitário, ao comparar sua experiência de trabalho nesta iniciativa de Economia Solidária àquele realizado anteriormente em uma empresa multinacional. Se, por um lado, João pôde sentir-se mais “acolhido como pessoa” em sua experiência de trabalho no Banco Nascente, por ter a possibilidade de dialogar (e ser compreendido) com os demais integrantes do banco sobre os problemas pessoais que prejudicavam o cumprimento de suas atividades profissionais, por outro lado, a abertura proporcionada por tal procedimento por vezes entrou em

choque com outros valores e princípios inerentes à gestão coletiva e solidária do banco e com os quais seus trabalhadores estavam aprendendo a construir e valorizar, a saber: o cumprimento de acordos coletivos de trabalho, relativos primordialmente à questão da pontualidade no horário de início da jornada e ao compromisso com a divisão da escala de trabalho acordada em grupo, bem como o compartilhamento da responsabilidade inerente à função de agente de crédito do banco comunitário.

Dessa forma, os processos educativos desencadeados pela necessidade, por parte de seus trabalhadores, de processamento dos problemas pessoais e particulares no âmbito do ambiente de trabalho referiram-se não somente à valorização da possibilidade de acolhimento e cumplicidade entre os trabalhadores manifestada nos espaços dialógicos existentes, mas também à forma como os agentes de crédito perceberam tais questões no contexto mais amplo de organização coletiva e gestonária do banco, a qual envolvia necessariamente fatores ligados aos acordos de trabalho celebrados em grupo e à divisão equitativa de tarefas e responsabilidades. O respeito pela condição pessoal de cada trabalhador e a compreensão do modo como tal condição interferiu nas possibilidades de realização individual e coletiva das atividades profissionais pareceram depender, sobretudo, da existência efetiva de relações de reciprocidade entre os agentes de crédito.

Apesar de reconhecer a existência de problemas no âmbito pessoal de cada agente de crédito do Banco Nascente interferindo em sua dedicação ao trabalho, Irene acreditava que isto não justificava a ausência de João nas atividades do banco e a sobrecarga de trabalho que tal evento estava acarretando a ela, pois, de acordo com sua percepção em relação às distorções na divisão de trabalho e no compartilhamento de responsabilidade entre os agentes, “[...] se é pra um, é pra todos: todo mundo tem problema”. As falas de Irene em relação, neste caso, à falta de reciprocidade entre os trabalhadores do banco comunitário puderam ser entendidas enquanto crítica à ausência de um princípio, por ela valorizado e desejado, que deve integrar a gestão coletiva de um empreendimento solidário, pois “[...] se tem que conversar, ser humano, pensar nos princípios da Economia Solidária, os três têm que pensar”. Dessa forma, o estabelecimento de relações de reciprocidade entre os trabalhadores do banco (cumprir as responsabilidades assumidas coletivamente, compartilhar as dificuldades, não deixar de pensar na condição dos outros e nas consequências de suas próprias atitudes para a dinâmica de trabalho) pareceu se constituir como um requisito fundamental para que a gestão do Banco Nascente estivesse coerente com os princípios da Economia Solidária.

A organização coletiva do trabalho no Banco Nascente, experienciada por seus agentes de crédito durante os seis primeiros meses de seu funcionamento, foi, portanto, profundamente influenciada pela incidência dos problemas particulares na dinâmica de gestão do empreendimento, conforme apontaram nossos dados de campo. As dificuldades relacionadas a tal fenômeno disseram respeito fundamentalmente à divisão desigual da escala de trabalho semanal entre os trabalhadores, o que conseqüentemente gerou um descontentamento interno em relação à falta de responsabilidade e comprometimento por parte de um dos agentes de crédito com as atividades do banco comunitário. Essa insatisfação desdobrou-se na percepção dos demais agentes de que estava faltando reciprocidade entre os trabalhadores na

forma de tratar tal questão, pois os problemas de um deles estavam se sobrepondo tanto às dificuldades pessoais dos demais membros e quanto às necessidades de trabalho que a atuação do Banco Nascente exigia naquele momento.

Entre a tentativa de resolução coletiva dos problemas elencados anteriormente, realizada a partir do apoio do NUMI-ECOSOL ao “[...] planejamento do tempo de trabalho e da escala diária de cada trabalhador do banco”, e a permanência dos problemas relacionados à divisão do trabalho, algumas posturas mais individualistas puderam emergir do discurso de Irene: se anteriormente a trabalhadora criticava a atitude de João não levar em consideração as outras pessoas do banco comunitário e focar somente em seu próprio problema, agora é ela quem se indis põe a pensar e colaborar com João no trato das dificuldades enfrentadas por ele. O que outrora podia ser visto enquanto tensão entre a lógica da reciprocidade e a lógica do individualismo, na contraposição existente entre pensar apenas em si e deixar de pensar nos outros, agora se imbricava de modo a inverter a relação inicial e a colocar o individualismo não mais como contraponto, mas como mote da relação de reciprocidade: se “[...] as outras pessoas do banco não me ajudaram em nada, [...] a gente não pode fazer nada por ele”.

Outro aspecto que se mostra relevante, se considerarmos a perenidade dos conflitos de trabalho descritos anteriormente, referiu-se à dificuldade de os trabalhadores do Banco Nascente constituírem entre si canais de diálogo que permitissem socializar ou até mesmo processar os problemas relativos ao dia a dia da gestão do empreendimento. Aline, técnica de incubação do NUMI-ECOSOL, ao conversar com Irene sobre as distorções existentes na divisão do trabalho do banco, falara a ela que “[...] eles precisavam conversar mais entre eles, e que a incubadora pode ajudar a resolver os problemas, mas que não dependia somente dela”. Quando questionadas se elas se sentiriam à vontade para conversar com João sobre os incômodos que sentiam em relação às suas atitudes, Adriana demonstrou em sua fala a preocupação em não magoar João ao interpelá-lo sobre a maneira como este lidava com seu trabalho no banco comunitário, para não agravar ainda mais seus problemas familiares, o que acabou gerando uma interdição na possibilidade de diálogo entre ela e João. Já Irene lembrou a ocasião em que buscou discutir com os outros trabalhadores sobre seu incômodo de estar trabalhando mais que os demais e ganhando a mesma remuneração que eles, o que gerou mal-estar dentro do grupo e acarretou no anúncio da saída de Adriana do banco, e que por fim não se concretizou. Os dois casos trazem consigo aspectos distintos mas igualmente ambíguos em relação ao tipo de comunicação estabelecida entre os agentes de crédito no decorrer do processo de trabalho: no primeiro caso, a interdição à fala interpeladora omitiu os problemas que devem ser dialogicamente discutidos e processados, mas preservou temporariamente a cordialidade nas relações pessoais entre os trabalhadores; por outro lado, a fala de Irene expôs a dificuldade de colocar os problemas de gestão por eles enfrentados sem que tal atitude fosse interpretada como uma questão pessoal, ao invés de profissional. Nesse nó da gestão do banco comunitário, representado pelas formas possíveis de mediação estabelecidas entre trabalhadores para organização coletiva da gestão e resolução dialogada de conflitos, encontramos parte da complexidade de se organizar o trabalho em um empreendimento no âmbito dos princípios da Economia Solidária.

Por fim, de modo geral, as experiências educativas vivenciadas pelos agentes de crédito no decorrer do processo aqui descrito e problematizado, permitiram aos trabalhadores refletir e ampliar seu entendimento sobre alguns aspectos relacionados à dinâmica de trabalho estabelecida no interior de um banco comunitário, tais como a necessidade de planejamento e avaliação periódica e sistemática acerca das ações e atividades por eles realizadas, a divisão equitativa das escalas e do tempo de trabalho, o modo de conciliar a vida pessoal de cada um com a atividade profissional no banco comunitário, a partir da necessidade de definição de regras de convivência, bem como a própria dinâmica de comunicação efetuada entre seus trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que as iniciativas de Economia Solidária propõe o reordenamento das relações contemporâneas de trabalho, a partir da coletivização da posse dos meios de produção (SINGER, 2002) e da gestão coletiva e democrática dos empreendimentos solidários (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO, 2004), os quais se distinguiriam por princípio das empresas em que vigoram as relações de trabalho tipicamente capitalistas, ancoradas na mercantilização do trabalho e na separação entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição. Por se tratar de uma nova forma de realização da ação econômica, pautada pela autogestão dos meios de produção e por princípios éticos contrapostos àqueles engendrados no bojo do sistema produtivo capitalista, exigindo de seus participantes uma nova prática profissional, argumentamos que a experiência de trabalho nos empreendimentos solidários se constitui essencialmente como uma prática educativa. Desse modo, partindo da interpretação das descrições contidas nos dados de campo coletados, pudemos construir certas compreensões sobre as dinâmicas de trabalho estabelecidas entre si pelos agentes de crédito do Banco Nascente, as quais estiveram fundamentalmente ligadas à autonomia dos trabalhadores em desempenharem as atividades profissionais inerentes à sua função no banco e às relações de reciprocidade estabelecidas ou não entre os agentes de crédito no exercício da gestão do empreendimento.

Primeiramente, no que se refere ao âmbito interno da gestão coletiva e democrática do Banco Comunitário Nascente, percebemos em nossa pesquisa que sua autogestão está intimamente relacionada com o grau de autonomia dos trabalhadores em desempenharem as atividades de trabalho referentes aos objetivos econômicos e políticos propostos pelo próprio empreendimento solidário. Tal autonomia, por sua vez, imbrica-se de modo estreito com a dialética estabelecida no processo histórico entre o saber fazer e o fazer que se aprende (FIORI, 1991), relação que ao mesmo tempo produz e é produzida pelas condições concretas de realização e manifestação das atividades analisadas. Em nosso caso, também identificamos a importância do aprender a “saber que não se sabe”, processo educativo de reconhecimento das limitações do próprio conhecimento, possibilitado pela capacidade exclusivamente humana de “[...] tomar distância de nós mesmos, da vida que portamos, e para nos dispormos a saber em torno dela” (FREIRE, 2011b, p.136), o qual, atuando na mediação entre o saber e não saber fazer, se coloca como condição estrita para se aprender a fazer.

Outra questão relevante ao nosso estudo, relacionada à gestão democrática do banco comunitário, refere-se à pluralidade dos princípios econômicos presentes na iniciativa (FRANÇA FILHO, 2001) e à forma com que a inscrição da lógica da solidariedade e da reciprocidade ao centro da gestão das atividades econômicas interage com a organização coletiva e gestonária do empreendimento. Em uma análise mais atenta acerca do modo como os princípios da Economia Solidária são compreendidos e significados pelos trabalhadores do banco no dia a dia de trabalho, revelamos, por um lado, que a prática do princípio da solidariedade, tomado fora do âmbito e do estabelecimento de relações de reciprocidade entre os agentes de crédito, pode vir a gerar distorções e conflitos relacionados à divisão equitativa de tarefas e responsabilidades. Ademais, outro aspecto que parece ser de fundamental importância para a viabilidade da consolidação dos princípios solidários como base de uma nova ética para o trabalho diz respeito à possibilidade de resolução de tais conflitos por meio da realização de uma comunicação dialógica entre os trabalhadores, aqui entendida enquanto situação gnosiológica de incidência do ato cognoscente dos sujeitos sobre o objeto cognoscível que os mediatiza (FREIRE, 2006, 2011a). Sem o diálogo entre os trabalhadores, as relações de solidariedade e reciprocidade pretendidas como parte estruturante da gestão do banco comunitário perdem seu canal privilegiado de expressão e manifestação.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CORTEGOSO, Ana Lúcia. Descrevendo sistemática e sistemicamente situação de crise em cooperativa de serviço como ponto de partida para proposição de ações de assessoria ao empreendimento. In: SEMINÁRIO ACADÊMICO INTERNACIONAL PROCOAS/AUGM, 6., 2010, La Plata. **Anais...** 2010.

CORTEGOSO, Ana Lúcia et al. Desenvolvimento territorial por meio da Economia Solidária: o papel das iniciativas financeiras. In: ENCONTRO NACIONAL, 5.; ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 3., 2009, Recife-PE. **Anais...** 2009.

FIORI, Ernani Maria. Educação Libertadora. In: _____. **Educação e Política**: textos escolhidos. Volume 2. Porto Alegre: L&PM, 1991. p.83-95.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A problemática da economia solidária**: uma perspectiva internacional. Sociedade & Estado, Brasília, Departamento de Sociologia/UnB, v.14, n.1-2, p.245-275, jun.-dez. 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre, RS: UFRGS Ed., 2004.

_____. Conclusão. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.297-305.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.
- _____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.
- LARROSA-BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.19, p.20-28, 2002.
- LEITE, Márcia de Paula. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: OLIVEIRA, Roberto Verás de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2011. p.29-63.
- MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa qualitativa em psicologia, fundamentos e recursos básicos**. 2.ed. São Paulo: Moraes; EDUC, 1989.
- MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra (Org.). **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003.
- _____. **Bancos comunitários e cooperativas de crédito**: uma aliança necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- _____. **Banco comunitário de desenvolvimento**: uma rede sob comando da comunidade. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.
- OLIVEIRA, Maria Waldenez de et al. Processos educativos em práticas sociais: Reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32., 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2009. p.1-17.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- ROSA, Thaís Troncon. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano**: a trajetória do “Gonzaga” de favela a bairro de periferia. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). **Falas de Gênero**: teorias, análises, leituras. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sônia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p.13-20.
- _____. Economia Solidária. Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n.62, p.288-314, abr. 2008.
- _____. Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Socialismo ou barbárie**: Rosa Luxemburgo no Brasil. São Paulo: Estação das Artes, 2009. p.13-32.
- TAFURI, Diogo Marques. Bancos Comunitários no contexto contemporâneo das periferias brasileiras. **Revista do IMEA-UNILA**, Foz do Iguaçu, v.2, n.1, p.1-29, 2014.
- TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v.26, n.1, p.69-94, jan.-jun. 2008.

Data da submissão: 21/07/2014

Data da aprovação: 08/04/2015